



Relatório da Administração 2010





Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”) submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2010. As demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

Em 2010, concluímos o ciclo de investimentos para o aumento da capacidade produtiva de massas, investindo também de maneira consistente na otimização de nossa malha logística. Devem ser salientadas, ainda, as diversas ações estratégicas focadas na eficiência financeira da Companhia, que vão desde a gestão tributária, passando pela melhoria da qualidade do endividamento da Companhia até a implantação do Orçamento Matricial e a adequação da estrutura para a redução de despesas com foco na eficiência. O ano também foi marcado pela finalização do processo de profissionalização da gestão da Companhia, com a contratação de Enrique Ussher como novo CEO em novembro, em substituição a Amarílio Macêdo, que assumiu a presidência do Conselho de Administração.

Mesmo com todas estas iniciativas, fatores diversos afetaram os resultados, como as oscilações do mercado do trigo. Tivemos como desafios ao longo do nosso processo de investimentos, os gastos ainda elevados, principalmente relacionados a rescisões. Ainda assim, chegamos ao final de 2010 com resultado operacional e Ebitda superiores aos alcançados em 2009.

Nossas unidades fabris de São José dos Campos, Maceió e Salvador tiveram sua capacidade de produção ampliada de maneira significativa, o que nos assegura a estrutura necessária para levar adiante a estratégia de busca de maior espaço no mercado nacional de massas. É importante mencionar, ainda, os investimentos realizados na área de logística, com o fechamento do centro de distribuição de Barueri e construção de uma nova estrutura, mais moderna e adequada às necessidades da J.Macêdo, em São José dos Campos. Com este novo CD, demos um passo importante em nossa estratégia de otimização da malha logística de distribuição, reduzindo a complexidade do sistema logístico e criando condições para a melhoria da eficiência e do nível de serviço oferecido aos nossos clientes.

A redução de despesas com melhoria da eficiência foi foco da Companhia ao longo de 2010. Para isso, fizemos a revisão completa de nossa estrutura, enxugando os excessos e racionalizando gastos. Avançamos em nossa gestão tributária, o que nos coloca, atualmente, em condições semelhantes às da concorrência em termos de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, trabalhamos fortemente a melhoria da qualidade do endividamento da Companhia, alcançando prazos mais largos a custos menos dispendiosos. Outro ponto fundamental foi a implantação do Orçamento Matricial como metodologia orçamentária que nos trará a



possibilidade de, a partir de 2011, criar ciclos virtuosos de melhoria contínua no processo de planejamento, controle e redução de despesas.

De maneira coerente com a estratégia de fortalecimento no mercado de massas, desenvolvemos, ao longo do ano, campanhas de publicidade e merchandising onde mostramos à consumidora que a qualidade da farinha Dona Benta que ela já conhece está, também, nas diversas opções de macarrão Dona Benta. Em termos de lançamentos, a marca manteve, em 2010, a tradição de trazer inovações ao mercado, com as farinhas de trigo Dona Benta Integral e Dona Benta Reserva Especial em embalagem à vácuo, que proporcionam, a um só tempo, maior valor agregado e mais benefícios para o consumidor, como o aumento do prazo de validade do produto. Com relação ao *pricing*, ao longo do ano, lideramos os aumentos de preços em diversas de nossas marcas e categorias, como estratégia que se mostrou efetiva para a proteção das margens de contribuição dos nossos produtos.

A J. Macêdo S.A. inicia 2011 com uma estrutura mais enxuta, extremamente focada no aumento da eficiência e no fortalecimento de uma cultura de rigoroso controle orçamentário e redução de despesas. Nossa equipe está consciente das lições aprendidas em 2010 e comprometida com a busca de melhores resultados, aumento da lucratividade e melhoria contínua do nível de serviço oferecido a nossos clientes e, por conseguinte, ao nosso consumidor final.

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos funcionários, aos acionistas e investidores, pela colaboração e confiança.

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

No quarto trimestre de 2010 o trigo manteve a tendência de alta no mercado internacional iniciada em julho. As cotações dos contratos futuros das Bolsas de Kansas e Chicago subiram aproximadamente USD 50/t entre 1/out e 31/dez reagindo à quebra na safra da Rússia e a valorização de todas as commodities agrícolas no período. No ano de 2010, a valorização acumulada do trigo na bolsa de Kansas foi de 54%. Os embarques de trigo argentino foram retomados no início de dezembro com a colheita da nova safra, e mesmo com a produtividade recorde e superação das expectativas iniciais de colheita de 12 para 14 milhões de toneladas os preços se mantiveram próximos de USD 300 por tonelada FOB no porto argentino.

A safra de trigo nacional de 2010 teve um bom volume, aproximadamente 6 milhões de toneladas, e com boa qualidade. Mesmo com os bons preços do mercado internacional foi necessária intervenção do Governo Federal para garantir o pagamento dos preços mínimos oficiais aos produtores, o que se deu através de leilões de PEP (Prêmio de Escoamento de Produto) que viabilizaram até 31 de dezembro o escoamento de 1,5 milhão de toneladas, principalmente para exportação e em menor volume para os moinhos do Norte e Nordeste do Brasil.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP e de venda de seus estoques. A valorização das commodities agrícolas e as preocupações com a garantia de abastecimento de alimentos básicos a baixo custo têm levado os governos a intervenções cada vez mais frequentes no comércio de grãos e dificultado a elaboração de estratégias de abastecimento das empresas privadas.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do quarto trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 280/t e US\$ 315/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 450/t e R\$ 480/t. O trigo americano tipo “hard” foi cotado entre USD 275 a USD 330 FOB Golfo do México.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J. Macêdo no 4T10 caiu 2% impactada pela redução de 15% nos volumes em relação à igual período de 2009. Em relação ao 3T10, a receita caiu 7%, com volumes 19% menores. J. Macêdo liderou o aumento de preços com objetivo claro de proteção de suas margens. No total do ano de 2010, no consumo doméstico, J. Macêdo obteve redução de 3% na receita, impactada pelo volume 2% menor, com preços apenas 1% inferiores, apesar da redução de 7,7% nos preços médios de trigo neste período. As margens ficaram melhores: 24,9% no total do ano de 2010 vs. 24,3% em 2009. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 2,5% e 0,8%, respectivamente, segundo a ACNielsen.

VENDAS

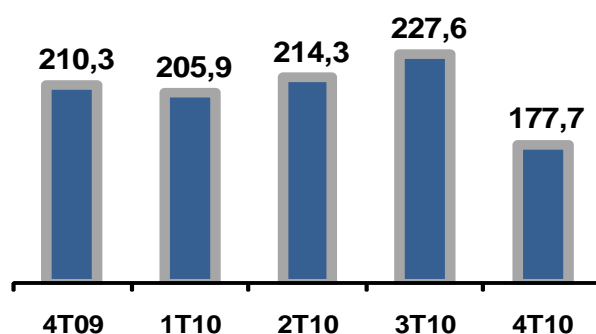
O volume de vendas total atingiu 177,7 mil toneladas no quarto trimestre de 2010, um volume 15,5% menor que o mesmo período de 2009. Excluindo o volume de outros, fechamos o trimestre com 160,0 mil toneladas, mesmo volume que no quarto trimestre de 2009.

O volume de vendas total atingiu 825,5 mil toneladas no total do ano de 2010, uma redução de 1,4% em relação ao ano de 2009. Da mesma forma, excluindo o volume de outros, fechamos o ano de 2010 com volume de 729,2 mil toneladas, um crescimento de 4,0% em relação ao ano anterior.

Vendas/ em toneladas	4T10	4T09	4T10 X 4T09 (%)	2010	2009	2010 X 2009 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	109.649	102.446	7,0%	510.456	485.758	5,1%
Massa	33.893	37.940	-10,7%	147.396	138.971	6,1%
Mistura para Bolo	10.029	12.282	-18,3%	43.431	46.973	-7,5%
Biscoito	5.138	5.103	0,7%	21.256	20.447	4,0%
Sobremesa	985	1.962	-49,8%	5.285	7.418	-28,8%
Fermento	324	391	-17,1%	1.349	1.632	-17,3%
Subtotal Consumo	160.018	160.124	-0,1%	729.173	701.199	4,0%
Outros	17.632	50.196	-64,9%	96.283	136.364	-29,4%
Total J.Macêdo	177.650	210.320	-15,5%	825.456	837.563	-1,4%

Volume de Vendas

(em toneladas)





DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

▪ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas caiu 2,5%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo subiu de 26,0% para 26,9% no ano móvel 2009 vs. 2010.

O mercado de Farinhas Domésticas representou 38,1% da receita da Companhia no 4T10. Em relação ao mesmo período de 2009, a receita aumentou 1%, mas impactada pelo volume 17% menor e por preços 22% maiores. Comparando ao 3T10, receita e volume reduziram 7% e 22%, respectivamente. No total de 2010, a receita de Farinhas Domésticas recuou 7%, impactada por uma redução de 2% nos preços. Os volumes reduziram em 4% em relação ao ano de 2009. J.Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas, buscando o equilíbrio mais saudável entre volumes, receitas e margens.

▪ Massas:

O mercado de Massas, se retraiu em 0,8% considerando a média móvel de 2010 em relação a 2009, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 11,3% para 10,6% no período. Nos últimos meses, a participação da Companhia neste segmento esteve estável.

Massas representaram 26,9% da receita da Companhia no 4T10. A receita da J.Macêdo caiu 2%, enquanto o volume reduziu 10,7% em comparação com o 4T09. Em relação ao 3T10, a receita reduziu 7% e o volume, 15%. No total de 2010, a receita de Massas apresentou um crescimento de 2% e os volumes cresceram 6,1% em relação ao ano de 2009.

Mantivemos nossa estratégia na “categoria-foco”, buscando volumes com margens saudáveis, por meio do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

▪ Misturas:

O mercado de Misturas apresentou crescimentos de 2,0% em volume, segundo a ACNielsen, na média móvel de 2009 em relação a 2010. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 38,2% para 35,9% no ano móvel 2009 vs. 2010.

Este segmento representou 10,5% da receita da Companhia no 4T10. Receita caiu 11% e volume 19% comparando com o mesmo período de 2009. Em relação ao 3T10, houve queda de receita e volume em 15% e 20% respectivamente. O aumento de preços no período em função da pressão nos insumos, como trigo, cacau, açúcar, teve impacto no volume. No total de 2010, a receita de Misturas recuou 5% enquanto os volumes foram 7,5% menores que o ano de 2009.



- Outras categorias:

O segmento de Biscoitos, que representou 5,9% da receita da Companhia no 4T10, teve redução de 11% na receita e de 16% em volume em comparação ao 3T10.

A receita do segmento de Sobremesas, que representou 3,2% da receita da Companhia no 4T10, aumentou 66%, enquanto o volume foi 3% menor, ainda em função da mudança de fórmula das gelatinas, comparados ao 3T10.

O segmento de Fermentos, que representou 1,7% da receita da Companhia no 4T10, apresentou redução de 10% em receita e de 10% em volume em comparação com o 3T10.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

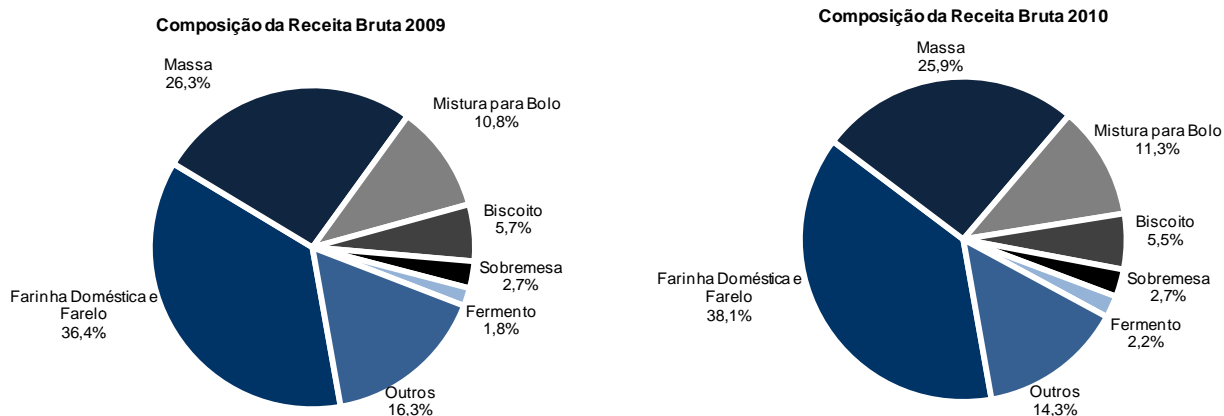
Controladora	4T10	4T09	4T10 X 4T09 (%)	2010	2009	2010 X 2009 (%)
Receita Bruta	327,8	346,0	-5,3%	1.346,6	1.347,9	-0,1%
Receita Líquida de Impostos	286,8	298,9	-4,0%	1.179,6	1.158,5	1,8%
Lucro Bruto	96,7	92,2	4,9%	369,7	368,7	0,3%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	33,7%	30,8%	+2,9 p.p.	31,3%	31,8%	-0,5 p.p.
Resultado antes do IR	2,5	(3,5)	N/A	13,6	5,1	166,7%
Margem Operacional (%)	0,9%	-1,2%	+2,1 p.p.	1,2%	0,4%	+0,8 p.p.
EBITDA*	43,9	37,2	18,0%	43,9	37,2	18,0%
Margem EBITDA (%)*	3,7%	3,2%	+0,5 p.p.	3,7%	3,2%	+0,5 p.p.

* 12 últimos meses

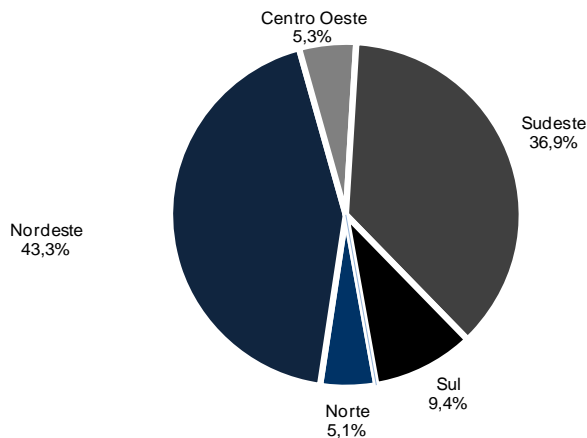
RECEITA BRUTA

A receita bruta no 4T10 totalizou R\$ 327,8 milhões, 5,3% inferior aos R\$ 346,0 milhões registrados no 4T09, refletindo a queda de volume vendido no início do trimestre com a colocação dos aumentos de preços, em função dos aumentos do trigo, preservando nossas margens.

O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia nos anos de 2009 e de 2010:



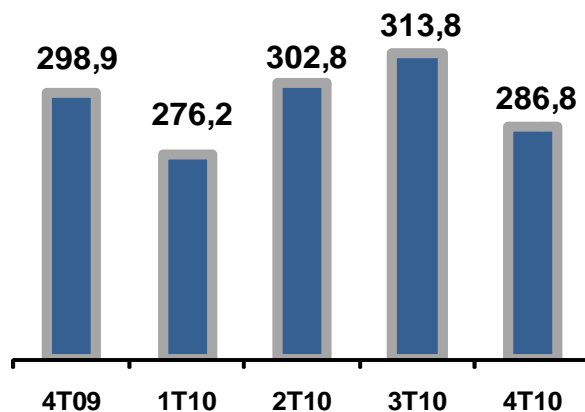
Composição da Receita Bruta por Região



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J. Macêdo somou R\$ 286,8 milhões no 4T10, uma queda de 4,0% em relação ao mesmo período de 2009. No total do ano, houve crescimento de 1,8%, apesar da queda do volume total.

Receita Líquida
(R\$ milhões)



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

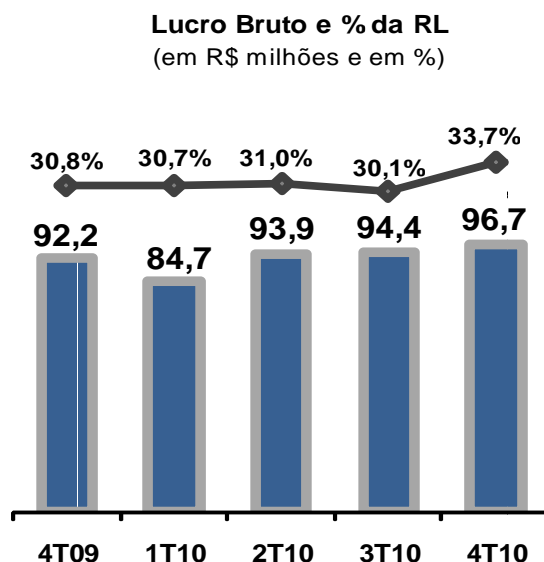
Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T10 totalizaram R\$ 190,2 milhões, equivalentes a 66,3% da receita líquida, comparados aos R\$ 206,7 milhões (69,2% da receita líquida) registrados no 4T09.

No total do ano de 2010, os custos de bens e/ou serviços vendidos totalizaram R\$ 809,9 milhões, equivalentes a 68,7% da receita líquida, comparados aos R\$ 789,8 milhões (68,2% da receita líquida) registrados no ano de 2009.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T10 foi de R\$ 96,7 milhões, um acréscimo de 4,9% em relação aos R\$ 92,2 milhões registrados no 4T09 e 2,5% que o 3T10, devido principalmente ao fato da captura dos aumentos dos preços no 4T10 ter sido superior ao impacto do aumento dos custos, mais do que neutralizando a queda do volume, consistente com nossa liderança no aumento de preços com o objetivo de proteção das margens de contribuição dos nossos produtos. No trimestre, este lucro representa 33,7% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 30,8%.

No total do ano de 2010, o lucro bruto foi de R\$ 369,7 milhões, um crescimento de 0,3% em relação aos R\$ 368,7 milhões registrados no ano de 2009. No período, este lucro representa 31,3% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 31,8%.



DESPESAS OPERACIONAIS

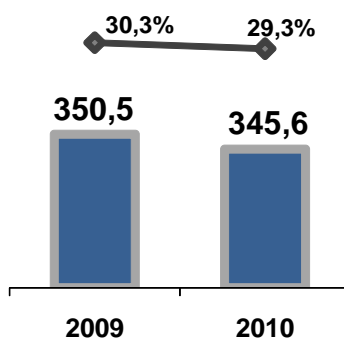
As despesas operacionais do 4T10 totalizaram R\$ 90,8 milhões, correspondentes a 31,7% da receita líquida do mesmo período, 2,2% abaixo dos R\$ 92,8 milhões registrados no 4T09 (31,1% da receita líquida). No total do ano de 2010, as despesas operacionais totalizaram R\$ 345,6 milhões, correspondentes a 29,3% da receita líquida do mesmo período, 1,4% abaixo dos R\$ 350,5 milhões registrados no ano de 2009 (30,3% da receita líquida).

Excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, as despesas do 4T10 foram de R\$ 88,2 milhões, correspondentes a 30,7% da receita líquida do mesmo período, 4,9% abaixo dos R\$ 92,7 milhões registrados no 4T09 (31,0% da receita líquida).

As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Despesas Operacionais	4T10	4T09	4T10 X 4T09 (%)	2010	2009	2010 X 2009 (%)
Vendas	(58,9)	(64,3)	-8,5%	(235,9)	(241,4)	-2,3%
Gerais e Administrativas	(27,7)	(26,9)	3,0%	(95,9)	(93,5)	2,6%
Honorários da Administração	(1,6)	(1,5)	5,2%	(6,2)	(5,5)	12,2%
Depreciação/Amortização	(2,7)	(2,7)	0,0%	(11,4)	(9,9)	15,4%
Outras despesas/ receitas	0,1	2,6	-96,2%	3,8	(0,2)	N/A
Total	(90,8)	(92,8)	-2,2%	(345,6)	(350,5)	-1,4%

Despesas Operacionais e % RL
(em R\$ milhões e em %)



Na comparação do total do ano de 2010 com o ano anterior, as despesas operacionais, também excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, foram R\$ 338,0 milhões (28,7% da receita líquida), inferiores em 0,7% do ano de 2009 de R\$ 340,4 milhões (29,4% da receita líquida), com algum ganho de eficiência neutralizando os impactos dos dissídios e de inflação dos serviços.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	4T10	4T09	4T10 X 4T09 (%)	2010	2009	2010 X 2009 (%)
Receitas Financeiras	3,0	3,8	-21,1%	14,7	19,1	-23,0%
Despesas Financeiras	(6,7)	(7,1)	-5,6%	(27,1)	(30,7)	-11,7%
Total	(3,7)	(3,3)	12,1%	(12,4)	(11,6)	6,9%

No 4T10, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 3,7 milhões de despesas, comparado com R\$ 3,3 milhões no 4T09. Apesar da redução de juros médios pagos pela Companhia em função de substituição de dívida de curto prazo, bastante indexada ao CDI, para recursos de longo prazo, juros fixos ou predominantemente indexados a TJLP, houve aumento do endividamento líquido no período.

No total do ano, as despesas líquidas financeiras ficaram 6,2% acima do ano anterior.

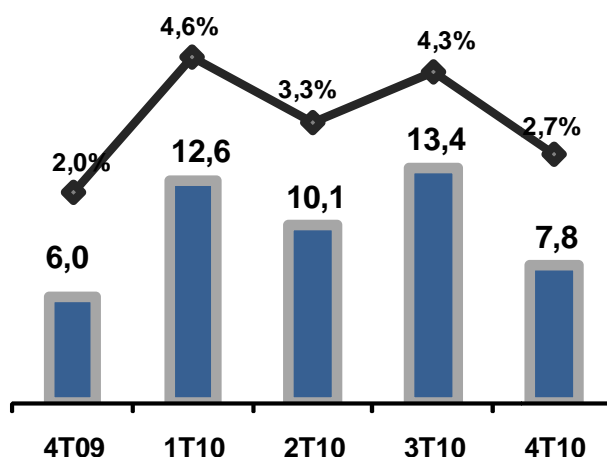
RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados previamente, J. Macêdo encerra o 4T10 com lucro operacional de R\$ 2,5 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 3,5 milhões registrados no 4T09.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T10 totalizou R\$ 7,8 milhões, acima dos R\$ 6,0 milhões no mesmo período do ano passado. No total de 2010, totalizou R\$ 43,9 milhões (margem de 3,7% da receita líquida), superior aos R\$ 37,2 milhões (3,2% da receita líquida) no ano de 2009. O valor do ano foi superior ao acumulado de doze meses reportados no trimestre anterior de R\$ 42,1 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

(em R\$ milhões e em %)



Reconciliação do EBITDA Controladora	2010	2009
Lucro operacional	13,6	5,1
Depreciação/ Amortização Custos	8,3	9,1
Depreciação/ Amortização Despesas	11,4	9,9
Resultado Financeiro	12,4	11,6
Equivalência	(1,8)	1,5
EBITDA	43,9	37,2

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 4T10 foi de R\$ 6,5 milhões, com margem líquida de 2,3%. No total do ano, o lucro líquido foi de R\$ 17,5 milhões, com margem líquida de 1,5%.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2010	2009	2010 X 2009 (%)	3T10	2010 X 3T10 (%)
Curto Prazo	64,4	110,3	-41,6%	63,9	0,9%
Empréstimos e Financiamentos	34,0	79,2	-57,1%	34,4	-1,2%
Debêntures	30,4	31,1	-2,1%	29,5	3,3%
Longo Prazo	86,9	43,9	98,1%	94,5	-8,1%
Empréstimos e Financiamentos	86,9	14,6	N/A	94,5	-8,1%
Debêntures	-	29,3	-100,0%	-	N/A
Total Endividamento	151,3	154,2	-1,9%	158,4	-4,5%
(-) Caixa e aplicações	(74,6)	(99,1)	-24,7%	(98,8)	-24,5%
Dívida Líquida	76,7	55,1	39,2%	59,6	28,8%

Indicadores Financeiros	2010	2009	2010 X 2009 (%)	3T10	2010 X 3T10 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,75	1,48	18,2%	1,41	24,1%
Dívida Líquida/ PL	0,29	0,21	38,1%	0,23	26,1%
Endividamento/ Ativo Total	0,26	0,25	4,0%	0,26	0,0%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no fechamento do trimestre foi 28,8% maior que em setembro de 2010 e 39,2% maior que dezembro de 2009, por aumento de capital de giro e investimentos. Houve alongamento no perfil da dívida, longo prazo representando 57% do total, comparado com 28% no ano anterior.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos e debêntures.

INVESTIMENTOS

No 4T10, o total de investimentos da J. Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 11,0 milhões, um aumento de 46,0% em relação aos R\$ 7,5 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

No total do ano de 2010, o total de investimentos da J. Macêdo em imobilizado principalmente para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 41,5 milhões, uma redução de 15,8% em relação aos R\$ 49,3 milhões em investimentos no ano anterior.

No trimestre, a J. Macêdo manteve sua política de investimentos em ampliação de capacidade instalada no segmento de massas em suas unidades de produção, tendo colocado em funcionamento a ampliação de capacidade na unidade de Salvador com uma nova linha de



massa longa e novo sistema de empacotamento. Foi iniciado, no 4T10, o processo de startup da nova linha de massa longa de São José dos Campos com previsão de produção no 1T11.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Alianças e Parcerias

Destacamos que a aliança de sete anos de parceria com a Bunge Alimentos tem resultado positivamente para a competitividade e flexibilidade da Companhia nos processos de originação e moagem de trigo e formação conjunta de uma rede de Distribuidores e *Merchandising* compartilhada.

Governança Corporativa

Em 2010, a J.Macêdo S/A consolidou a trajetória de profissionalização de sua gestão e avançou no fortalecimento de sua Governança Corporativa, com a contratação de um novo CEO. Com grande experiência no mercado de consumo, Enrique Ussher é egresso da multinacional Motorola, tendo presidido a subsidiária brasileira da empresa. Amarílio Macêdo, até então à frente da gestão da Companhia, assumiu a presidência do Conselho de Administração (CAD).

O CAD tem nove membros, dos quais quatro são acionistas e cinco conselheiros externos de relevante experiência no mercado, com habilidades e competências complementares. O Conselho foi apoiado por cinco comitês: Auditoria, Marketing, Finanças e TI, Pessoas e Gestão, além do comitê da Cadeia de Suprimentos. Juntos, estes comitês são importantes instrumentos de reflexão e acompanhamento da gestão.

Este ano, quando completamos dois anos do lançamento do Código de Ética e de Conduta da J.Macêdo, também demos um importante passo no fortalecimento dos valores, princípios e condutas esperados de todos que fazem parte da Companhia.

Recursos Humanos

Na J.Macêdo, a área de Recursos Humanos vem trabalhando como consultora do negócio, buscando apoiar estrategicamente a Companhia na busca de resultados através da gestão de pessoas. O lançamento do RH Online, ferramenta digital de gestão de pessoas que permite a integração e participação, tem favorecido a constante melhoria dos processos e controles de gestão de pessoas, favorecendo este trabalho.

Um importante pilar da gestão de pessoas é o processo de Avaliação de Desempenho (AVD), que foi consolidado em 2010, com 90% de adesão dos funcionários em cargos técnico-administrativos. O processo de AVD também funciona como uma das bases do Programa Anual de Treinamento (PAT) da J.Macêdo. Por meio da AVD, os próprios funcionários são chamados a indicar os treinamentos necessários para que tenham todas as condições de alcançar suas metas anuais. Outra vertente do trabalho de capacitação é a Motiva, academia do conhecimento da J.Macêdo focada no treinamento da equipe para o atendimento às necessidades estratégicas da Companhia. Em 2010, a Motiva concluiu a capacitação de 100% do corpo gestor em Liderança Situacional e realizou um total de 68 turmas deste e de outros treinamentos.

Perspectivas

A Administração continua consistente na sua trajetória estratégica e o processo de profissionalização se conclui com a chegada do novo presidente. Seguiremos construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal combinados com maior eficiência na logística e na produção serão os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que os Auditores Independentes não prestaram serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

Demonstrações Financeiras

J. Macêdo S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da J. Macêdo S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife (PE), 16 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015.199/O-6-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	(Reapresentados)			(Reapresentados)		
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 5)	70.809	95.649	86.520	71.189	95.954	86.692
Contas a receber de clientes (Nota 6)	76.648	90.483	111.224	76.776	90.537	111.325
Estoques (Nota 8)	107.618	97.492	110.771	107.618	97.492	110.771
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	24.541	23.029	22.964	24.564	23.049	22.977
Outros créditos	6.668	6.208	13.615	6.741	6.274	13.681
Total do ativo circulante	286.284	312.861	345.094	286.888	313.306	345.446
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras (Nota 5)	3.782	3.486	2.623	3.782	3.486	2.623
Partes relacionadas (Nota 7)	3.201	-	51.216	3.201	-	51.216
Bens destinados à venda (Nota 11)	915	5.904	5.789	915	5.904	5.789
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	13.748	12.497	7.615	13.748	12.497	7.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	24.648	41.597	-	24.648	41.597	-
Outros créditos	9.158	3.163	1.980	9.181	3.185	1.994
Propriedade para investimentos (Nota 12)	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400
Investimentos (Nota 13)	28.109	30.749	29.422	64	64	460
Imobilizado (Nota 14)	215.554	190.550	141.041	226.904	202.017	152.816
Intangível (Nota 15)	27.683	32.649	21.376	27.683	32.649	21.376
Total do ativo não circulante	344.198	337.995	278.462	327.526	318.799	261.289
Total do ativo	630.482	650.856	623.556	614.414	632.105	606.735

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	(Reapresentados)			(Reapresentados)		
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores (Nota 16)	41.227	43.952	40.724	41.237	43.965	40.731
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	33.974	79.230	44.999	33.974	79.230	44.999
Debêntures (Nota 18)	30.434	31.130	33.575	30.434	31.130	33.575
Arrendamento mercantil (Nota 14c)	302	280	260	-	-	-
Tributos a recolher (Nota 21)	22.885	37.853	25.077	23.004	38.003	25.228
Salários e encargos a pagar	12.994	11.585	12.725	13.082	11.659	12.783
Partes relacionadas (Nota 7)	4.564	7.059	28.390	-	10	23.169
Fretes a pagar	5.998	6.729	6.631	5.998	6.729	6.631
Dividendos propostos	13.743	4.809	15.605	13.743	4.809	15.605
Adiantamentos de clientes	1.200	1.513	2.205	-	340	1.451
Outras contas a pagar (Nota 22)	27.197	23.327	11.033	27.197	23.360	11.033
Total do passivo circulante	194.518	247.467	221.224	188.669	239.235	215.205
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	86.906	14.569	12.321	86.906	14.569	12.321
Debêntures (Nota 18)	-	29.269	58.466	-	29.269	58.466
Arrendamento mercantil (Nota 14c)	12.684	12.986	13.266	-	-	-
Tributos a recolher (Nota 21)	8.525	13.996	31.343	8.525	13.996	31.343
Provisão para contingências (Nota 23)	9.107	15.340	24.602	9.107	15.340	24.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.563	10.977	10.639	14.004	13.418	13.080
Outras contas a pagar (Nota 22)	10.736	12.975	-	10.736	12.975	-
Total do passivo não circulante	139.521	110.112	150.637	129.278	99.567	139.812
Patrimônio líquido (Nota 25)						
Capital social	197.873	197.873	197.872	197.873	197.873	197.872
Reserva de capital	601	601	601	601	601	601
Reservas de lucros	71.714	68.762	27.836	71.714	68.762	27.836
Ajuste de avaliação patrimonial	26.255	26.041	25.386	26.255	26.041	25.386
	296.443	293.277	251.695	296.443	293.277	251.695
Participação de não controladores	-	-	-	24	26	23
	296.443	293.277	251.695	296.467	293.303	251.718
Total do passivo e patrimônio líquido	630.482	650.856	623.556	614.414	632.105	606.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
		(Reapresentados)		(Reapresentados)
Receita operacional líquida (Nota 26)	1.179.632	1.158.473	1.179.902	1.180.208
Custo dos produtos vendidos	(809.904)	(789.782)	(808.941)	(803.311)
Lucro bruto	369.728	368.691	370.961	376.897
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(235.858)	(241.389)	(235.858)	(246.141)
Despesas gerais e administrativas	(95.939)	(93.503)	(96.144)	(95.714)
Honorários da administração (Nota 7)	(6.185)	(5.514)	(6.185)	(5.514)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 13)	1.867	(1.482)	-	-
Depreciação e amortização	(11.420)	(9.892)	(11.420)	(10.090)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 27)	3.811	(185)	3.796	(3.264)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	26.004	16.726	25.150	16.174
Receitas financeiras (Nota 28)	14.666	19.054	14.681	19.242
Despesas financeiras (Nota 28)	(27.048)	(30.669)	(25.692)	(29.691)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.622	5.111	14.139	5.725
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10):				
Corrente	-	-	(517)	(614)
Diferidos	3.911	41.259	3.911	41.259
Lucro líquido do exercício	17.533	46.370	17.533	46.370
Lucro líquido por ação: básico e diluído – R\$	0,80	2,12		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:				
Ordinárias	11.496.411	11.496.411		
Preferenciais	10.335.786	10.335.786		
	21.832.197	21.832.197		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Incentivos fiscais	Retenção	Própria	Investida			Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008 - Reapresentados	197.872	601	3.480	24.356	-	20.653	4.733	-	251.695	23	251.718
Aumento de capital	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Realização do custo atribuído (Nota 25f)	-	-	-	-	-	655	-	(655)	-	-	-
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	-	-	-	45.715	45.715	-	45.715
Ajustes ao lucro líquido originalmente apresentado	-	-	-	-	-	-	-	655	655	-	655
Lucro líquido reapresentado	-	-	-	-	-	-	-	46.370	46.370	-	46.370
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal (Nota 25f)	-	-	2.286	-	-	-	-	(2.286)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	-	-	24.273	-	-	-	(24.273)	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,22 por ação) (Nota 25f)	-	-	-	-	-	-	-	(4.789)	(4.789)	-	(4.789)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	14.367	-	-	(14.367)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentados	197.873	601	5.766	48.629	14.367	21.308	4.733	-	293.277	26	293.303
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(14.367)	-	-	-	(14.367)	-	(14.367)
Realização do custo atribuído (Nota 25f)	-	-	-	-	-	214	-	(214)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	17.533	17.533	-	17.533
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal (Nota 25f)	-	-	877	-	-	-	-	(877)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	-	-	16.442	-	-	-	(16.442)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	197.873	601	6.643	65.071	-	21.522	4.733	-	296.443	24	296.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
	(Reapresentados)		(Reapresentados)	
Fluxos de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.533	46.370	17.533	46.370
Ajustes de valores para reconciliar o resultado às				
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.818	18.412	18.858	18.720
Equivalência patrimonial	(1.867)	1.482	-	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	3.799	6.099	4.923	6.099
Baixa de investimentos	-	396	-	396
Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	514	1.463	514	1.463
Constituição de provisão para contingências	(6.233)	(3.309)	(6.233)	(3.309)
Constituição (reversão) de provisão para perdas no estoque	(404)	614	(404)	614
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.911)	(41.259)	(3.911)	(41.259)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	15.296	15.837	15.368	16.219
	44.545	46.105	46.648	45.313
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	13.321	23.194	13.247	23.239
Estoques	(9.722)	14.574	(9.722)	14.575
Impostos e contribuições sociais a compensar	(2.763)	(3.367)	(2.766)	(3.372)
Partes relacionadas	(3.201)	29.379	(3.201)	29.379
Bens destinados à venda	-	(115)	-	(115)
Outros créditos	(5.825)	5.550	(5.831)	5.518
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	(2.725)	(397)	(2.728)	(391)
Tributos a recolher	(240)	(11.183)	(270)	(11.186)
Salários e encargos a pagar	1.409	(2.217)	1.423	(2.201)
Partes relacionadas	(2.495)	1.815	(15)	1.815
Fretes a pagar	(731)	98	(731)	98
Dividendos propostos	-	-	28	-
Adiantamento de clientes	148	(746)	132	(1.165)
Contas a pagar	1.155	8.894	1.083	8.953
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	32.876	111.584	37.297	110.460
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos, líquido de caixa	-	(13.788)	-	(12.397)
Recebimento de dividendos	4.507	135	-	-
Imobilizado	(41.513)	(49.319)	(41.560)	(49.318)
Intangível	(2.142)	(11.167)	(2.142)	(11.167)
Valor de venda de ativo imobilizado	4.989	-	4.989	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.159)	(74.139)	(38.713)	(72.882)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
		(Reapresentados)		(Reapresentados)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos/financiamentos	125.652	76.554	125.652	76.554
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(108.539)	(48.183)	(108.331)	(48.183)
Amortização de principal e juros de debêntures	(34.958)	(40.239)	(34.958)	(40.239)
Dividendos distribuídos	(5.416)	(15.585)	(5.416)	(15.585)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.261)	(27.453)	(23.053)	(27.453)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(24.544)	9.992	(24.469)	10.125
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	99.135	89.143	99.440	89.315
No final do exercício	74.591	99.135	74.971	99.440
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(24.544)	9.992	(24.469)	10.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
	(Reapresentados)		(Reapresentados)	
1 – Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.346.589	1.347.948	1.347.479	1.372.907
(-) Abatimentos e descontos	(21.881)	(20.227)	(21.881)	(20.227)
Outras receitas	2.142	3.996	2.172	4.026
	1.326.850	1.331.717	1.327.770	1.356.706
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(809.904)	(789.782)	(808.941)	(803.311)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(178.332)	(194.121)	(178.423)	(201.620)
Recuperação de valores ativos	2.382	(6.425)	2.349	(6.425)
Outras despesas operacionais	(4.379)	(2.073)	(4.414)	(2.253)
	(990.233)	(992.401)	(989.429)	(1.013.609)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	336.617	339.316	338.341	343.097
4 – Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(11.420)	(9.892)	(11.420)	(10.090)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	325.197	329.424	326.921	333.007
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	1.867	(1.482)	-	-
Receitas financeiras	14.666	19.054	14.681	19.242
	16.533	17.572	14.681	19.242
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	341.730	346.996	341.602	352.249
8 - Distribuição do valor adicionado				
Empregados	114.843	104.948	114.928	107.617
Remuneração direta	75.608	68.525	75.671	70.718
Honorários da administração	6.185	5.514	6.185	5.514
Participação dos empregados nos lucros	1.020	1.115	1.020	1.115
Benefícios	21.677	20.024	21.686	20.168
FGTS	7.997	7.298	7.997	7.628
Outros gastos	2.356	2.472	2.369	2.474
Impostos, taxas e contribuições	165.761	148.924	166.904	152.942
Federais	82.346	42.927	83.315	46.615
Estaduais	81.815	104.692	81.815	104.857
Municipais	1.600	1.305	1.774	1.470
Remuneração de capital de terceiros	43.593	46.754	42.093	45.320
Juros	27.048	30.669	25.548	29.691
Aluguéis	16.545	16.085	16.545	15.629
Remuneração de capital próprio	17.533	46.370	17.677	46.370
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	4.789	144	4.789
Reserva de lucros	17.533	41.581	17.533	41.581
Total	341.730	346.996	341.602	352.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controladas

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”) atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, norte, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Aquisição e incorporação da controlada Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. ("Chiarini")

Em 6 de janeiro de 2009, atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade a aquisição, naquela data, da totalidade das quotas do capital social da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., sociedade empresária com sede na Rua Antônio Scodeler nº. 387, Bairro Faisqueira, em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, a qual dedica-se às atividades de industrialização e comercialização de massas alimentícias.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração de J. Macêdo S.A. em reunião realizada em igual data, nos termos do art. 15, "i", do Estatuto Social e ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada no dia 28 de abril de 2009 com esse objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei nº 6.404/76. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 15 de abril de 2009.

A J. Macêdo S.A. e a sua controlada Chiarini são partes do mesmo grupo econômico que explora operações comerciais e industriais nos ramos de alimentação em geral. Neste sentido, a Administração das sociedades analisou alternativas para a melhor condução de suas atividades e políticas gerenciais, levando-se em conta a intenção de se racionalizar custos e incrementar os negócios no País, através da consolidação de suas atividades.

Com o objetivo de evitar a superposição de estruturas societárias com o mesmo objetivo e reduzir seus custos operacionais, a alternativa mais vantajosa para as partes foi a incorporação da Chiarini pela J. Macêdo S.A..

A referida incorporação possibilitou a absorção pela J. Macêdo S.A. de todos os elementos ativos e passivos integrantes do patrimônio da incorporada, com data base em 31 de julho de 2009.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Aquisição e incorporação da controlada Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. ("Chiarini")--Continuação

O acervo líquido incorporado, com base no valor contábil, foi de R\$ 6.427, conforme demonstrado abaixo:

Ativo:	
Circulante	7.237
Não circulante	5.422
	<hr/>
	12.659
Passivo:	
Circulante	6.232
	<hr/>
Acervo líquido incorporado	6.427

d) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 16 de março de 2011.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1 Base de consolidação

Base de consolidação a partir de 1 de janeiro de 2010

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,33	33,33	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,90	99,90	99,90

- (i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2010--Continuação

- (ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

A controlada Tergan é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Comparando com os requerimentos mencionados acima, os quais são aplicados de forma prospectiva, a seguinte diferença era aplicável e foi ajustada aos requerimentos mencionados acima, para fins de comparabilidade: as participações de não controladores representavam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido que não era detida pela Companhia e eram apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido da controladora.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às taxas aplicáveis a época das realizações desses ativos e passivos, de acordo com a legislação na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponíveis para venda.

Em 2010 e 2009 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: “forwards”, “opções” ou “swap”.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e mútuo com empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a empresas associadas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.10 Imobilizado

Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado--Continuação

Na data de transição para as normas internacionais de contabilidade – IFRS e novos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC nº 37 e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs nº 27, nº 28, nº 37 e nº 43, avaliou suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Terrenos de determinadas unidades para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na Nota 14.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecido na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis--Continuação

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 31 de dezembro de 2010. A Administração da Companhia e controladas avaliou os impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto significativo nas informações anuais da Companhia e controladas no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passará a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das normas de IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- IFRIC 13 - Programa de Fidelidade.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 20.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Adoção inicial dos CPCs

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e sua controlada prepararam suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia e sua controlada prepararam suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. A adoção dos novos CPC's ocasionaram reclassificações e ajustes no balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009, bem como nas demonstrações financeiras publicadas e preparadas de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro 2009 da Companhia e sua controlada, conforme demonstrado a seguir (Companhia e consolidado):

Item	Resultado		Patrimônio líquido	
	31/12/09	31/12/09	31/12/09	01/01/09
Saldos originalmente publicados	45.715	267.236	226.309	
Contabilização de custo atribuído	(a) 992	39.459	38.466	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b) (337)	(13.418)	(13.080)	
	655	26.041	25.386	
Saldos reapresentados	46.370	293.277	251.695	

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

- a) Refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e propriedade para investimentos, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, que compreenderam determinadas unidades da Companhia, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento e conforme descrito na Nota 12. Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Em 1º de janeiro de 2009		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis
<i>Imobilizado</i>			
Terrenos	6.915	12.592	19.507
Edificações e outros imóveis	39.453	32.027	71.480
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	46.266	(19.396)	26.870
Móveis e utensílios	3.471	555	4.026
	<u>96.105</u>	<u>25.778</u>	<u>121.883</u>
<i>Propriedade para investimentos</i>			
Terrenos	3.865	7.184	11.049
Edificações e outros imóveis	847	5.504	6.351
	<u>4.712</u>	<u>12.688</u>	<u>17.400</u>
	<u>100.817</u>	<u>38.466</u>	<u>139.283</u>

- b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção de novo custo atribuído descrito no item anterior.

Além dos ajustes contábeis demonstrados e descritos anteriormente, a Companhia procedeu às seguintes reclassificações:

- Reclassificação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente classificado como ativo circulante, no montante de R\$ 23.353 e R\$ 0, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente, para o ativo não circulante; e
- Reclassificação de propriedade para investimento anteriormente classificados como imobilizado, no montante de R\$ 17.400 e R\$ 17.400, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente, para “propriedade para investimentos”.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos nos resultados e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2010, 30/06/2010, 30/09/2010, 31/03/2009, 30/06/2009 e 30/09/2009, em decorrência da plena adoção das referidas normas contábeis de 2010.

a) Informações Trimestrais da Companhia

Trimestre findo em	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Patrimônio líquido publicado	270.865	257.956	263.699	238.821	240.258	234.166
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	26.100	26.153	26.206	25.550	25.714	25.878
Patrimônio líquido reapresentado	296.965	284.109	289.905	264.371	265.972	260.044
Resultado do período findo em:	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Resultado publicado	3.629	5.087	10.830	12.512	13.947	7.854
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	53	107	160	164	328	492
Resultado reapresentado	3.682	5.194	10.990	12.676	14.275	8.346
Resultado do trimestre findo em:	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Resultado publicado	3.629	1.458	5.743	12.512	1.435	(6.093)
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	53	53	53	164	164	164
Resultado reapresentado	3.682	1.511	5.796	12.676	1.599	(5.929)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

b) Informações Trimestrais da Companhia e consolidado

Trimestre findo em	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Patrimônio líquido publicado	270.865	257.956	263.699	238.821	240.258	234.166
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	26.100	26.153	26.206	25.550	25.714	25.878
Patrimônio líquido reapresentado	96.965	284.109	289.905	264.371	265.972	260.044
Resultado do período findo em:	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Resultado publicado	3.629	5.087	10.830	12.512	13.947	7.854
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	53	107	160	164	328	492
Resultado reapresentado	3.682	5.194	10.990	12.676	14.275	8.346
Resultado do trimestre findo em:	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09
Resultado publicado	3.629	1.458	5.743	12.512	1.435	(6.093)
Custo atribuído, líquido de impostos diferidos (Nota 4a)	53	53	53	164	164	164
Resultado reapresentado	3.682	1.511	5.796	12.676	1.599	(5.929)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Bancos conta movimento	5.750	5.177	19.050	5.813	5.189	19.087
Aplicações financeiras:						
<i>Circulante:</i>						
Fundos de renda fixa	-	20.247	30.289	317	20.540	30.424
CDB – Certificado de depósito bancário	65.059	70.225	37.181	65.059	70.225	37.181
	70.809	95.649	86.520	71.189	95.954	86.692
<i>Não Circulante:</i>						
Fundos de renda fixa	3.110	2.864	2.623	3.110	2.864	2.623
CDB – Certificado de depósito bancário	672	622	-	672	622	-
	3.782	3.486	2.623	3.782	3.486	2.623
	74.591	99.135	89.143	74.971	99.440	89.315

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata, exceto as operações que estão classificadas no não circulante, as quais foram dadas em garantia de fiança bancária de processo judicial com prazo indeterminado referente a J.Macêdo S.A – Comércio, Administração e Participações, controladora da J.Macêdo S.A..

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cientes no país	84.621	101.919	121.821	84.749	101.973	121.922
Desconto de verbas contratuais	(7.062)	(6.821)	(7.445)	(7.062)	(6.821)	(7.445)
Provisão devedores duvidosos	(911)	(4.615)	(3.152)	(911)	(4.615)	(3.152)
	76.648	90.483	111.224	76.776	90.537	111.325

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes no valor de R\$ 25.900 (2009: R\$ 25.900) se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prazo:						
A vencer	81.097	90.368	109.552	81.225	90.422	109.653
1 a 30 dias	2.126	5.409	6.702	2.126	5.409	6.702
31 a 60 dias	323	776	1.421	323	776	1.421
61 a 90 dias	45	718	889	45	718	889
91 a 120 dias	110	228	525	110	228	525
121 a 150 dias	189	154	235	189	154	235
151 a 180 dias	4	224	82	4	224	82
Vencidos há mais de 180 dias	727	4.042	2.415	727	4.042	2.415
	84.621	101.919	121.821	84.749	101.973	121.922

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial do exercício	(4.615)	(3.152)	(4.615)	(3.152)
Constituição de provisão	(514)	(1.463)	(514)	(1.463)
Reversões e baixas	4.218	-	4.218	-
Saldo final	(911)	(4.615)	(911)	(4.615)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

As demonstrações financeiras incluem as informações financeiras da Companhia e controladas relacionadas na Nota 2.1.

O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

Companhias	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<u>Ativo não circulante</u>						
J. Macêdo Alimentos S.A.	3.201	-	41.771	3.201	-	41.771
J. Macêdo S.A. Com. Adm. e Participações	-	-	4.020	-	-	4.020
Cemec Construções Eletromecânicas S.A.	-	-	3.887	-	-	3.887
Dinel Participações Ltda.	-	-	1.207	-	-	1.207
Sul Trigo Cereais Comércio Atacadista Ltda.	-	-	29	-	-	29
Outros	-	-	302	-	-	302
	3.201	-	51.216	3.201	-	51.216
<u>Passivo</u>						
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	4.564	7.049	5.221	-	-	-
J. Macêdo Alimentos S.A.	-	10	-	-	10	-
Cipolin S.A.	-	-	23.169	-	-	23.169
	4.564	7.059	28.390	-	10	23.169

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo Alimentos S.A.
- J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Nota 1, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios sociais em questão:

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Cipolin S.A. (1)	104.834	73.240	104.834	73.240
Pico da Caledônia S.A.	1.959	1.979	-	-
Tergran Ltda	1.511	2.922	-	-
	108.304	78.141	104.834	73.240

(1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina, EUA e Uruguai, a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 667 (R\$ 8.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício de 2010, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 6.185 (2009: R\$ 5.514).

Participação dos colaboradores e administradores nos resultados

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Colaboradores	941	380
Administradores	558	1.563
	<u>1.499</u>	<u>1.943</u>

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 3.782, para a J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações, conforme citado na Nota 5.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 9% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Matéria prima	38.698	21.326	20.969	38.698	21.326	20.969
Importações em andamento	3.106	1.641	3.446	3.106	1.641	3.446
Produtos em processo	1.912	1.644	309	1.912	1.644	309
Produtos acabados	33.570	35.264	40.605	33.570	35.264	40.605
Materiais de produção	17.153	16.820	21.880	17.153	16.820	21.880
Materiais de manutenção e outros	5.801	5.342	3.874	5.801	5.342	3.874
Adiantamentos a fornecedores (a)	8.229	16.710	20.329	8.229	16.710	20.329
(-) Provisão para perdas em estoque	(851)	(1.255)	(641)	(851)	(1.255)	(641)
	107.618	97.492	110.771	107.618	97.492	110.771

(a) Substancialmente representado por adiantamentos a fornecedores de trigo.

A movimentação da provisão para perdas em estoques para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial do exercício	(1.255)	(641)	(1.255)	(641)
Adições	(8.035)	(6.364)	(8.035)	(6.364)
Reversões e baixas	8.439	5.750	8.439	5.750
Saldo final	(851)	(1.255)	(851)	(1.255)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora						
	31/12/2010			31/12/09			01/01/09
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	14.042	11.486	25.528	9.744	8.233	17.977	17.517
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.775	2.024	4.799	856	2.018	2.874	1.714
Imposto de renda a compensar	4.278	-	4.278	4.018	-	4.018	9.563
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.167	-	1.167	-
PIS e COFINS a compensar	2.916	238	3.154	5.898	2.246	8.144	785
Outros impostos e contribuições	530	-	530	1.346	-	1.346	1.000
	24.541	13.748	38.289	23.029	12.497	35.526	30.579

	Consolidado						
	31/12/10			31/12/09			01/01/09
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	14.042	11.486	25.528	9.744	8.233	17.977	17.517
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.775	2.024	4.799	856	2.018	2.874	1.714
Imposto de renda a compensar	4.301	-	4.301	4.038	-	4.038	9.563
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.167	-	1.167	-
PIS e COFINS a compensar	2.916	238	3.154	5.898	2.246	8.144	785
Outros impostos e contribuições	530	-	530	1.346	-	1.346	1.013
	24.564	13.748	38.312	23.049	12.497	35.546	30.592

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrada pela alíquota efetiva. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	21.073	33.860	21.073	33.860
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos	253	1.570	253	1.570
Provisão para perdas com estoques	237	427	237	427
Provisão para contingências	2.533	5.215	2.533	5.215
Outras provisões	552	525	552	525
Total diferido ativo	24.648	41.597	24.648	41.597
Ágio Chiarini	(475)	-	(475)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.088)	(10.977)	(13.529)	(13.418)
Total diferido passivo	(11.563)	(10.977)	(14.004)	(13.418)
Líquido IR e CS diferido	13.085	30.620	10.644	28.179

Reconciliação do ativo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Saldo de abertura	30.620	(10.639)	28.179	(13.080)
Constituição	4.021	41.597	4.021	41.597
Realização de ajuste avaliação patrimonial	(111)	(338)	(111)	(338)
Compensações/ Refis IV (Nota 21)	(21.445)	-	(21.445)	-
	13.085	30.620	10.644	28.179

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro, serão realizados nos seguintes prazos:

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
2010	-	23.353
2011	-	4.563
2012	1.298	6.564
2013	3.274	7.117
A partir de 2014	20.076	-
	24.648	41.597

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(372)	(440)
Contribuição social	-	-	(145)	(174)
	-	-	(517)	(614)
Diferidos				
Imposto de renda	1.558	30.361	1.558	30.361
Contribuição social	2.353	10.898	2.353	10.898
	3.911	41.259	3.911	41.259
	3.911	41.259	3.394	40.645

Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a Companhia utilizou em 2010, R\$ 21.445 de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação das multas, juros e encargos legais relativos aos débitos incluídos no parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – “REFIS”, descrito na Nota 21.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2010, refere-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida no montante de R\$ 915 (2009: R\$ 915), situado em Bayeux – PB.

Em setembro de 2010, ocorreu a transação da venda do imóvel da Rua Raimundo Pereira de Magalhães, 777, em São Paulo, mediante instrumento particular de promessa de venda e compra de imóvel e outras avenças, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2009 era R\$ 4.989.

12. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada, em 31 de dezembro de 2010 e 2009. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653.

13. Investimentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Participações em empresas controladas	28.045	30.685	28.962	-	-	-
Outros investimentos	64	64	460	64	64	460
	28.109	30.749	29.422	64	64	460

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos--Continuação

	31/12/10		31/12/09	
	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999		
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%		
Capital social	9.204	18.389		
Patrimônio líquido	10.441	24.588		
Lucro líquido do período	1.221	1.461		
Movimentação dos investimentos				
Saldo inicial	3.374	27.311	30.685	28.962
Distribuição de lucros	(300)	(4.207)	(4.507)	(135)
Aquisição de investimentos	-	-	-	8.644
Equivalência patrimonial	407	1.460	1.867	(1.482)
Incorporação de investimentos	-	-	-	(5.304)
Saldo final	3.481	24.564	28.045	30.685

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a) Controladora

a.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/12/10			31/12/09			01/01/09
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	11.490	-	11.490	11.490	-	11.490	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	143.344	(65.065)	78.279	130.806	(62.220)	68.586	69.121
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	9.894	(1.412)	8.482	9.412	(775)	8.637	5.190
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	168.386	(71.976)	96.410	135.858	(78.997)	56.861	25.531
Instalações	8,0	9.707	(2.600)	7.107	26.153	(20.886)	5.267	2.001
Móveis e utensílios	15,0	9.749	(6.101)	3.648	10.428	(6.370)	4.058	4.002
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.563	(4.004)	2.559	7.759	(4.096)	3.663	8.059
Veículos	19,6	2.129	(923)	1.206	2.132	(721)	1.411	-
Outros	14,0	3.596	(634)	2.962	2.576	(1.391)	1.185	1.237
		364.858	(152.715)	212.143	336.614	(175.456)	161.158	126.631
Imobilizado em andamento		-	-	-	22.019	-	22.019	7.012
Adiantamento a fornecedores		3.411	-	3.411	7.373	-	7.373	7.398
		368.269	(152.715)	215.554	366.006	(175.456)	190.550	141.041

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/09	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/10
Terrenos	11.490	-	-	-	-	11.490
Edificações e outros imóveis	68.586	483	(537)	11.966	(2.219)	78.279
Benfeitorias em bens de terceiros	8.637	442	-	40	(637)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	56.861	23.326	(2.529)	24.583	(5.831)	96.410
Instalações	5.267	2.544	(31)	145	(818)	7.107
Móveis e utensílios	4.058	457	(292)	5	(580)	3.648
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	3.663	366	(40)	1	(1.431)	2.559
Veículos	1.411	-	-	-	(205)	1.206
Outros	1.185	1.880	(10)	979	(1.072)	2.962
Imobilizado em andamento	22.019	8.603	(276)	(30.346)	-	-
Adiantamento a fornecedores	7.373	3.411	-	(7.373)	-	3.411
	190.550	41.512	(3.715)	-	(12.793)	215.554

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/12/10			31/12/09			01/01/09
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	21.018	-	21.018	21.018	-	21.018	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	146.112	(66.528)	79.584	133.577	(63.543)	70.034	70.657
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	9.894	(1.412)	8.482	9.412	(775)	8.637	5.190
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	170.656	(73.742)	96.914	138.039	(80.685)	57.354	26.200
Instalações	8,0	10.003	(2.892)	7.111	26.446	(21.172)	5.274	2.031
Móveis e utensílios	15,0	9.780	(6.123)	3.657	10.438	(6.389)	4.049	4.014
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.563	(4.004)	2.559	7.759	(4.096)	3.663	8.059
Veículos	19,6	2.129	(923)	1.206	2.132	(721)	1.411	-
Outros	14,0	3.596	(634)	2.962	2.576	(1.391)	1.185	1.237
		379.751	(156.258)	223.493	351.397	(178.772)	172.625	138.406
Imobilizado em andamento		-	-	-	22.019	-	22.019	7.012
Adiantamento a fornecedores		3.411	-	3.411	7.373	-	7.373	7.398
		383.162	(156.258)	226.904	380.789	(178.772)	202.017	152.816

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/09	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/10
Terrenos	21.018	-	-	-	-	21.018
Edificações e outros imóveis	70.034	483	(537)	11.966	(2.362)	79.584
Benfeitorias em bens de terceiros	8.637	442	-	40	(637)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	57.354	23.326	(2.529)	24.583	(5.820)	96.914
Instalações	5.274	2.544	(31)	145	(821)	7.111
Móveis e utensílios	4.049	457	(292)	5	(562)	3.657
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	3.663	366	(40)	1	(1.431)	2.559
Veículos	1.411	-	-	-	(205)	1.206
Outros	1.185	1.880	(10)	979	(1.072)	2.962
Imobilizado em andamento	22.019	8.603	(276)	(30.346)	-	-
Adiantamento a fornecedores	7.373	3.411	-	(7.373)	-	3.411
	202.017	41.512	(3.715)	-	(12.910)	226.904

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

Imobilizado em andamento

O imobilizado em andamento está representado por reformas e ampliações em instalações industriais e máquinas e equipamentos que foram concluídas ao longo de 2010.

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi indicado para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 17, e para contingências.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil são classificados como arrendamentos.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

c) Arrendamentos mercantis financeiros--Continuação

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1) Ativo Imobilizado ("Propriedades com arrendamento mercantil"):

Tipo	Prazo do contrato (anos)	31/12/10			31/12/09			01/01/09
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Estabelecimentos Industriais	21 e 22	45.310	(33.916)	11.394	45.310	(33.266)	12.044	12.694
Veículos	2 e 3	-	-	-	133	(44)	89	-
		45.310	(33.916)	11.394	45.443	(33.310)	12.133	12.694

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

c.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Vencimento	31/12/10		
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2011	1.783	(1.481)	302
2012 a 2015	7.132	(5.657)	1.475
Após 2015	22.626	(11.417)	11.209
	31.541	(18.555)	12.986

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

c.2) Obrigações do arrendamento mercantil--Continuação

31/12/09			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2010	1.486	(1.206)	280
2011 a 2015	8.766	(7.096)	1.670
Após 2015	23.072	(11.756)	11.316
	<u>33.324</u>	<u>(20.058)</u>	<u>13.266</u>

01/01/09			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2009	1.783	(1.523)	260
2010 a 2014	8.915	(7.273)	1.642
Após 2014	24.409	(12.785)	11.624
	<u>35.107</u>	<u>(21.581)</u>	<u>13.526</u>

c.3) Contas de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia registrou no resultado do período, R\$ 650 (2009: R\$ 650) de despesas de depreciação, R\$ 1.503 (2009: R\$ 1.523) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (2009: R\$ 1.783).

d) Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
2011	5.449
2012	3.974
2013 em diante	5.747
	<u>15.170</u>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 5.840 (2009: R\$ 2.666).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível (controladora e consolidado)

	Ágio na aquisição de investimentos (a)		Softwares e sistemas informatizados (b)	Total
	Marcas e patentes Indefinida	Indefinida	Definida	
Vida útil				
Custo:				
Em 1º de janeiro de 2009	52	-	21.324	21.376
Adições – desenvolvimento interno	(6)	-	14.232	14.226
Aquisição de controlada (Nota 1)	-	6.399	-	6.399
Em 31 de dezembro de 2009	46	6.399	35.556	42.001
Adições – desenvolvimento interno	-	-	591	591
Operações descontinuadas	(46)	-	-	(46)
Em 31 de dezembro de 2010	-	6.399	36.147	42.546
Amortização:				
Em 1º de janeiro de 2009	-	-	-	-
Amortização	-	-	(9.352)	(9.352)
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	(9.352)	(9.352)
Amortização	-	-	(14.863)	(14.863)
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	(14.863)	(14.863)
Valor contábil líquido:				
Em 31 de dezembro de 2010	-	6.399	21.284	27.683
Em 31 de dezembro de 2009	46	6.399	26.204	32.649
Em 1º de janeiro de 2009	52	-	21.324	21.376

- (a) Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura decorrente de sinergias, ganhos em escala e fortalecimento da presença da Companhia no Estado de Minas Gerais. O valor da aquisição da Chiarini foi de R\$ 28.128, dos quais R\$ 19.484 representam o valor a pagar a maior em relação ao valor do patrimônio líquido pelos livros contábeis da Chiarini em 31 de dezembro de 2008. Do montante de R\$ 19.484, R\$ 13.135 foram alocados ao ativo imobilizado, basicamente, a máquinas e equipamentos e veículos, sendo que o saldo remanescente de R\$ 6.399 está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de insumos, sem a incidência de encargos financeiros. São geralmente liquidadas em prazos de 07 a 60 dias.

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de Juros (a.a.)	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	42.167	67.234	42.924
FINAME (2)	TJLP	1,9%	2.904	4.438	6.529
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	69.129	-	-
Leasing	CDI	0,94%	-	1.869	2.625
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	6.680	20.258	-
FINIMP	Pós-fixado	5,5%	-	-	5.242
			120.880	93.799	57.320
Circulante			(33.974)	(79.230)	(44.999)
Não circulante			86.906	14.569	12.321

(1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	-	4.443
2011	-	13.965	7.260
2012	30.203	604	618
2013	14.703	-	-
A partir de 2014	42.000	-	-
	86.906	14.569	12.321

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)-- continuação

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

18. Debêntures (controladora e consolidado)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo			
Circulante			
Principal	29.578	29.609	29.609
Encargos	1.165	1.933	4.378
(-)Custos de captação	(309)	(412)	(412)
	<u>30.434</u>	<u>31.130</u>	<u>33.575</u>
Não circulante			
Principal	-	29.578	59.187
(-)Custos de captação	-	(309)	(721)
	<u>-</u>	<u>29.269</u>	<u>58.466</u>
	<u>30.434</u>	<u>60.399</u>	<u>92.041</u>

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brBBB+ da "Standard & Poor's".

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	-	29.609
2011	-	29.578	29.578
	-	29.578	59.187

19. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

Valor justo--Continuação

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil			Valor justo		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	76.648	90.483	111.224	76.648	90.483	111.224
Caixas e equivalente de caixa	70.809	95.649	86.520	70.809	95.649	86.520
Aplicações financeiras	3.782	3.486	2.623	3.782	3.486	2.623
	151.239	189.618	200.367	151.239	189.618	200.367
Passivos financeiros						
Contas a pagar a fornecedores	41.227	43.952	40.724	41.227	43.952	40.724
Empréstimos e financiamentos	120.880	93.799	57.320	120.880	93.799	57.320
Debêntures	30.434	60.399	92.041	30.434	60.399	92.041
Arrendamento mercantil	12.986	13.266	13.526	12.986	13.266	13.526
	205.527	211.416	203.611	205.527	211.416	203.611

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de aquisição de negócio com vida indefinida foi alocada à unidade geradora de caixa "Pouso Alegre", operação localizada no Estado de Minas Gerais.

Valor contábil do ágio alocado a essa unidade geradora de caixa:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Valor contábil do ágio	6.399	6.399

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 25 de agosto de 2010 e considera, entre outros fatores, a relação entre sua geração de caixa e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa Chiarini foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a demanda esperada de produtos. A taxa de desconto real antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,3% (2009: nominal de 12,2%) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados sem taxa de crescimento real, como em 2009, dado que a unidade atinge sua plena capacidade. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas – As margens brutas são baseadas nos valores médios obtidos nos exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens são aumentadas levemente ao longo do período orçamentário para fins dos ganhos de eficiência planejados.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)--Continuação

Taxas de descontos – As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital.

Inflação de preços de matérias-primas – As variações de preços de matérias-primas vem sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado – Essas premissas são dados do segmento para taxas de crescimento, e que possibilitam que a Administração avalie como a posição da unidade relativamente aos seus concorrentes poderia mudar ao longo do período orçamentário. A Administração espera que a participação da Companhia do mercado de massas cresça consistentemente até o limite da capacidade produtiva que acontecerá em 2016.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Tributos a recolher

	Controladora						
	31/12/10			31/12/09			01/01/09
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
ICMS	12.111	-	12.111	10.233	-	10.233	9.112
PIS e COFINS	1.938	-	1.938	3	-	3	1.555
IRPJ e CSSL	278	-	278	66	-	66	-
Parcelamento ICMS a recolher (a)	957	897	1.854	934	1.807	2.741	34.814
Diferimento ICMS (PROVIN)	3.345	2.113	5.458	4.218	3.153	7.371	10.235
REFIS IV (b)	3.699	5.515	9.214	21.678	9.036	30.714	-
INSS retido	366	-	366	362	-	362	375
ISS retido	99	-	99	146	-	146	109
Outros	92	-	92	213	-	213	220
Total	22.885	8.525	31.410	37.853	13.996	51.849	56.420

	Consolidado						
	31/12/10			31/12/09			01/01/09
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
ICMS	12.111	-	12.111	10.233	-	10.233	9.112
PIS e COFINS	1.954	-	1.954	40	-	40	1.555
IRPJ e CSSL	317	-	317	121	-	121	93
Parcelamento ICMS a recolher (a)	957	897	1.854	934	1.807	2.741	34.814
Diferimento ICMS (PROVIN)	3.345	2.113	5.458	4.218	3.153	7.371	10.235
REFIS IV (b)	3.699	5.515	9.214	21.678	9.036	30.714	-
INSS retido	393	-	393	388	-	388	375
ISS retido	101	-	101	148	-	148	112
Outros	127	-	127	243	-	243	275
Total	23.004	8.525	31.529	38.003	13.996	51.999	56.571

(a) Em 31 de dezembro de 2010, os saldos em aberto são compostos por até 24 parcelas mensais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Tributos a recolher--Continuação

b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J.Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

De acordo com as normas legais acima referidas a dívida bruta totaliza R\$ 55.594. Nessa dívida foram considerados os débitos que não foram alvos de parcelamentos, reinclusões de débitos que tinham solicitados sua inclusão no PAES, parcelamentos em andamento dos PAES e PAEX, e débitos do REFIS I.

A redução legal sobre a dívida bruta totalizou R\$ 14.918. Conseqüentemente, o valor da dívida líquida, antes da compensação dos saldos de prejuízos fiscais importa no valor de R\$ 40.676 em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da dívida era de R\$ 20.112, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R\$ 21.445, os quais serão utilizados para quitação parcial da referida dívida.

Ainda assim, após sua consolidação, o saldo de R\$ 20.112, deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 10.898, atualizados até 31 de dezembro de 2010, reduzindo esta obrigação para R\$ 9.214, após a compensação dos referidos depósitos.

c) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
2011	-	4.740
2012	3.423	1.526
2013	414	653
A partir de 2014	4.688	7.077
	8.525	13.996

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	15.781	7.172	-	15.781	7.172	-
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	12.063	16.204	-	12.063	16.204	-
Outros	10.089	12.926	11.033	10.089	12.959	11.033
	37.933	36.302	11.033	37.933	36.335	11.033
Circulante	(27.197)	(23.327)	(11.033)	(27.197)	(23.360)	(11.033)
Não circulante	10.736	12.975	-	10.736	12.975	-

- a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Chiarini, conforme descrito na Nota 1c. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor parte incide a variação do IGPM e parte a variação do CDI.

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para contingências--Continuação

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir, demonstra a mutação das provisões para contingências nos períodos entre 1º de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2010.

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2009	15.453	5.447	3.702	24.602
Provisões	850	837	43	1.730
Reversão de provisões	(4.142)	(703)	(134)	(4.979)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	(5.678)	-	-	(5.678)
Pagamentos/ Depósitos	(28)	(1.848)	(4)	(1.880)
Encargos financeiros	1.127	-	418	1.545
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.582	3.733	4.025	15.340
Provisões	1.197	1.927	15	3.139
Reversão de provisões	(2.897)	(195)	(2.349)	(5.441)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	(1.480)	-	-	(1.480)
Pagamentos/ Depósitos	(212)	(1.970)	(1.103)	(3.285)
Encargos financeiros	385	-	449	834
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.575	3.495	1.037	9.107

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 143.701 (2009: R\$ 152.291) sendo R\$ 61.772 (2009: R\$ 70.462) de tributos federais; R\$ 81.550 (2009: R\$ 81.433) de impostos estaduais e R\$ 379 (2009: R\$ 396) de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 4.575 (2009: R\$ 7.582) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 75.437 (2009: R\$ 80.964) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 68.028 (2009: R\$ 63.937) referem-se à chance remota de perda em diversas ações.

Os Estados de Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 81.550 em 31 de dezembro de 2010 (2009: R\$ 81.433).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para contingências--Continuação

a) Tributárias--Continuação

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado do pleito é de R\$ 1.433 em 31 de dezembro de 2010 (2009: R\$ 1.308).

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2010, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 23.304 (2009: R\$ 31.578). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.495 (2009: R\$ 3.733) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 15.390 (2009: R\$ 19.836) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 2.822 (2009: R\$ 1.643).

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.411 (2009: R\$ 9.992). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 1.037 (2009: R\$ 4.025) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 5.745 (2009: R\$ 5.335) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Subvenções governamentais (Controladora)

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b) Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subsequentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 11.610 (2009: R\$ 17.311).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 12.784 (2009: R\$ 6.962).

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Capital social – em Reais mil	197.873	197.873	197.872
Ações nominativas - quantidade:			
Ordinárias	11.496.411	11.496.411	11.496.342
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337	1.337	1.337
	21.832.197	21.832.197	21.832.128

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe "B" farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de Janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 2.6.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caledônia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Lucro líquido do exercício	17.533	45.715
(-) Reserva legal – 5%	(877)	(2.286)
	<u>16.656</u>	43.429
(-) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído (Nota 4a)	(214)	-
(-) Reserva de incentivos fiscais	(16.442)	(24.273)
Base de cálculo dos dividendos	-	19.156
Dividendos propostos:		
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	-	4.789
Dividendos complementares	-	-
	<u>-</u>	<u>4.789</u>

Em 30 de abril de 2010, foi aprovado em AGO/AGE, a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 14.367, relativos ao lucro líquido remanescente do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita operacional bruta	1.346.589	1.347.948	1.347.480	1.372.907
Impostos, descontos e abatimentos	(166.957)	(189.475)	(167.578)	(192.699)
	1.179.632	1.158.473	1.179.902	1.180.208

27. Outras despesas operacionais, líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Venda de ativos	6.803	902	6.783	927
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(5.229)	(6.425)	(5.229)	(6.425)
Contingências líquidas (Nota 23)	2.302	3.249	2.302	3.249
Provisão devedores duvidosos líquida	(513)	(1.418)	(513)	(1.418)
Outras despesas	448	3.507	453	403
Total de outras despesas, líquidas	3.811	(185)	3.796	(3.264)

28. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas de juros	(18.685)	(22.054)	(17.329)	(20.809)
Variações monetárias e cambiais passivas	(3.088)	(3.070)	(3.088)	(3.070)
Outras despesas financeiras	(901)	(2.486)	(901)	(2.498)
Descontos concedidos	(2.405)	(1.061)	(2.405)	(1.134)
Tarifas bancárias	(1.716)	(1.158)	(1.716)	(1.327)
IOF	(253)	(840)	(253)	(853)
Total das despesas financeiras	(27.048)	(30.669)	(25.692)	(29.691)
Receitas de juros	8.099	10.093	8.114	10.267
Descontos obtidos	2.384	45	2.384	46
Variações monetárias e cambiais ativas	3.587	7.870	3.587	7.882
Outras receitas financeiras	596	1.046	596	1.047
Total das receitas financeiras	14.666	19.054	14.681	19.242
Resultado financeiro líquido	(12.382)	(11.615)	(11.011)	(10.449)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ordenados e salários	51.823	46.912	52.376	47.390
Custos de previdência social	22.929	19.323	23.138	19.499
Participação nos resultados (Nota 7)	1.020	1.115	1.020	1.115
Total	75.772	67.350	76.534	68.004

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores

30. Compromissos e contingências

Compromissos de arrendamento mercantil operacional – Companhia como arrendatário

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm prazo médio entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita a Companhia a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro estão demonstrados na Nota 14d.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 14d.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Compromissos e contingências--Continuação

Processo judicial e passivos contingentes

A Companhia e sua controlada são partes em diversas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, para as quais são contabilizadas provisões para contingências quando o risco de perda é considerado provável, conforme divulgado na Nota 23.

Garantias

A Companhia e sua controlada forneceram as seguintes garantias em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado nas Notas 6, 7, 14, 17 e 18.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. A Companhia e suas controladas não tem contratos de derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos mensurados ao valor justo através do resultado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de dezembro de 2010.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é manter entre 5% e 35% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
2010		
Reais	+20	3.737
Reais	-20	(3.737)
2009		
Reais	+20	4.411
Reais	-20	(4.411)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda sua funcional).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários).

	<u>Varição na taxa US\$</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
2010	+20%	618
	-20%	(618)
2009	+20%	614
	-20%	(614)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities, visando mitigar esse risco.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contava com aproximadamente quinze clientes (2009: treze clientes) que deviam a Companhia mais de R\$ 1.200 cada e eram responsáveis por 36% (2009: 37%) de todos os recebíveis devidos. Cinco clientes (2009: nove clientes) apresentavam saldos superiores a R\$ 2.390, sendo responsáveis por 19% (2009: 33%) dos valores a receber.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 19. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é o valor registrado como demonstrado na Nota 19, com exceção das garantias financeiras.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representados por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

<u>Modalidade:</u>	<u>2010</u>
Danos elétricos	800
Vendaval	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	100.000
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	112.079
	<u>232.879</u>

A Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o n ° 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 16 de Março de 2011.

Enrique Ricardo Ussher
Diretor Presidente

Patrícia Diniz de Paiva
Diretora

Marcio Luís Nosé Hassenpflug
Diretor

Sergio Pova Venerotti Guimarães
Diretor